



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA VERBAL DOCENTE NA VIDA DO ALUNO

SIRLEI OLIVEIRA TERRA SIMÕES DE CARVALHO

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vânia Medeiros Gasparello.

São Gonçalo

2009

Sirlei Oliveira Terra Simões de Carvalho

A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA VERBAL DOCENTE NA VIDA DO ALUNO



Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Pedagogia, ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vânia Medeiros Gasparello.

São Gonçalo

2009

Aprovada em _____

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Vânia Medeiros Gasparello – orientadora

Prof^ª. Ms. Mariza de Paula Assis - parecerista

DEDICATÓRIA

Ao Mestre dos mestres dedico este trabalho, bem como todo o meu percurso acadêmico. Meu amado Senhor e Salvador Jesus Cristo. Único e Eterno Deus. Pelo cuidado e amor que tem por mim, por ter me sustentado com sua graça e me capacitado a cada momento.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que me instrui – pelo exemplo de Grande Pedagogo – por ter me abençoado com meu ingresso na UERJ.

À minha querida família: Ezequias (meu amado esposo), Lucas e Aline (meus filhinhos, minhas heranças) – pela cumplicidade, amor, segurança, paciência e incentivo que sempre me deram.

À minha querida igreja, Igreja Evangélica da Restituição (IER) – pelas orações e pela paciência que teve “emprestando” sua pastora à UERJ durante a graduação – pela compreensão que teve cada vez que precisei me ausentar das atividades ministeriais para completar minhas atividades acadêmicas.

À minha orientadora Prf^a. Dr^a. Vânia Medeiros Gasparello – por acreditar em mim e pelo incentivo.

Aos meus colegas que caminharam comigo durante a graduação, que, com sua juventude fortaleceram-me e motivaram-me a caminhar.

Quão boa é a palavra dita no tempo certo. As palavras suaves são favos de mel, doces para a alma, e saúde para o corpo. A morte e a vida estão no poder da língua.

(PROVÉRBIOS 15:23; 16:24;18)

RESUMO

CARVALHO, Sirlei Oliveira Terra Simões de. *A questão da violência verbal docente na vida do aluno*. 2009. 47 p. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores, UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). São Gonçalo, 2009.

Este trabalho procurou analisar os possíveis motivos e conseqüências da violência verbal de docentes contra alunos, a partir de pesquisas bibliográficas que contribuíram para uma maior compreensão desta temática. As interpretações e considerações que emergem dessa investigação se assentaram em referenciais teóricos apresentados por autores como FREYRE, BOURDIEU, FREIRE e JUNG. Inicialmente, abordamos a condição da infância desde o colonialismo até o começo do século XIX, na qual verificamos que a infância era negligenciada e que a sociedade cria que a criança era um adulto inacabado e que para a conclusão do processo de transformação da criança era necessário que a mesma fosse submetida a castigos e disciplinas rígidas. Porém, com a evolução da ciência médica e da pedagogia, percebeu-se que era necessário manter um tratamento diferenciado para com as crianças, pois eram seres que necessitavam de cuidados específicos para que crescessem saudáveis tanto no físico, como em sua psique. Ficou proibido o uso de castigos físicos e morais para disciplinar as crianças, porém acreditamos que as palmatórias saíram de cena, mas, a *violência verbal* permaneceu como forma de castigo. Também buscamos investigar questões sociais para compreender a violência verbal, tais como: a violência simbólica, o autoritarismo, o preconceito e o mito do “sabe tudo” em relação ao professor. Além desses fatores, procuramos analisar as diversas razões para a desmotivação do profissional, principalmente os baixos salários e a desvalorização da profissão, como problemas que podem contribuir para a violência verbal. Outra vertente analisada para uma melhor compreensão das questões subjetivas envolvidas na violência verbal de docentes contra alunos foi a psicologia analítica. Essa pesquisa apresenta conclusões nas quais questões históricas, sociais e subjetivas fazem parte dos possíveis motivos da existência da violência verbal contra alunos nas escolas. Contudo, consideramos importante que os professores se conscientizem da existência dessa violência no contexto escolar e transformem seu fazer pedagógico e este trabalho talvez possa contribuir para essa mudança

Palavras-chave: Castigo. Violência verbal. Relação professor/aluno.

Sumário

INTRODUÇÃO -----	9
Capítulo 1. O CAMINHO PERCORRIDO PELA VIOLÊNCIA NA ESCOLA: DO BRASIL COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS -----	12
1.1 A condição da infância no colonialismo-----	12
1.2 História das primeiras práticas de ensino institucionalizadas no Brasil-----	16
1.3 O castigo no contexto escolar-----	17
1.4 O direito da criança traduzido em legislação-----	19
Capítulo 2. POSSÍVEIS MOTIVOS SOCIAIS QUE LEVAM O DOCENTE A UTILIZAR VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA SEUS ALUNOS -----	22
2.1 O fator social - Violência simbólica-----	22
2.2 Autoridade -----	23
2.3 Preconceito-----	24
2.4 O mito formado ao redor da figura do professor-----	26
2.5 A desmotivação profissional a partir dos problemas políticos econômicos-----	27
Capítulo 3. POSSÍVEIS MOTIVOS SUBJETIVOS QUE LEVAM O DOCENTE A UTILIZAR VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA SEUS ALUNOS -----	31
3.1 O Fator subjetivo-----	31
3.2 Tipos de Educação-----	31
3.3 O inconsciente-----	33
3.4 Conflitos pessoais-----	35
3.4 O desligamento do aluno da família-----	37
3.5 Sombra e Persona-----	39
Capítulo 4. CONCLUSÃO -----	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	44
ANEXO -----	47

INTRODUÇÃO

Na sociedade do passado a criança não recebia a mesma atenção e valorização que recebe na sociedade dos dias atuais. Era tida como um adulto incompleto, inacabado e pensava-se que para completar esse processo de amadurecimento da criança era necessário que a mesma fosse submetida à duras penas de castigos e surras. Tratamentos por vezes atrozés como beliscões, puxões de orelhas, varadas, etc. Esse conceito de disciplina posteriormente foi levado para as salas de aula onde o professor aplicava varadas (por vezes as varas tinham alfinetes na ponta), “bolos” com a palmatória, castigos como ajoelhar-se sobre caroços de milho, como forma de correção dos “desordeiros” e dos “desobedientes”.

Mediante este triste quadro de violência contra a criança, em 1990 a presidência da República do Brasil sancionou a lei 8.069 proibindo definitivamente o uso da violência física, moral e/ou psíquica contra a criança e o adolescente. Porém existem ainda alguns professores e diretores de escola que ainda utilizam-se da violência para garantir disciplina e bom comportamento de seus alunos em sala de aula e nas dependências da escola. É verdade que os casos de violência física de professores contra o aluno estão cada vez mais raros de acontecer, porém, sai de cena a palmatória, mas a *violência verbal* permanece. Palavras que ferem, humilham e ofendem o aluno, ainda com muita frequência são ouvidas dos lábios de alguns professores. Até que ponto essas palavras são inócuas à vida atual e à vida futura do aluno? Saiani (2002) defende a idéia de que o aluno ao encontrar um ambiente hostil na escola poderá de forma inconsciente ter a escola e o professor como inimigos, desejando sempre estar protegido pela segurança da família, o que Saiani denomina de “útero materno”, e dessa forma poderá perder a oportunidade de no futuro ter uma saudável relação com o mundo, tornando-se um adulto frágil e inseguro emocionalmente que não consegue tomar decisões próprias. A violência verbal pode inferir na vida do aluno ferindo-o, marcando-o, tendo como consequência, graves distúrbios emocionais e/ou psíquicos que poderão acompanhá-lo em todo o decorrer de sua vida. É importante que a relação professor-aluno aconteça de forma harmoniosa para que haja um melhor aproveitamento escolar.

A relação professor-aluno é um tema que vem crescendo e tomando espaço nos debates e trabalhos dos cursos de licenciaturas, principalmente nos cursos de pedagogia. Esse tema leva-nos a analisar nossa prática pedagógica e até mesmo buscar uma mudança, renovando nossos pensamentos e ações com relação à forma de tratar os nossos alunos.

Em minha experiência como professora e até mesmo como discente (durante o meu período de estágio da graduação) tenho visto professores (em muitos casos, foram formados em faculdades conceituadas) que ao tomar posse de sua autoridade profissional agem de forma violenta para com seus alunos. Professores que demonstram impaciência, falta de ética profissional e o que é pior, um desamor para com o indivíduo a ele confiado. Professores que em seu relacionamento com seus alunos fazem uso de palavras ofensivas, castigando-os com violência verbal, utilizando de palavras como se fossem “chicotes” ou “palmatórias disciplinadoras”. Palavras como: “Você parece um chimpanzé”. “Você é muito burro e não vai conseguir passar de ano”. “Escreve rápido, parece uma lesma!” “Você come igual uma traça”. “Desgraça de menino!” Essas foram palavras que eu ouvi algumas professoras falando ao se dirigir às crianças entre sete a onze anos de idade, durante o meu estágio da graduação, em escolas públicas no município de São Gonçalo, RJ. É sobre esse tipo de violência que me proponho a pesquisar. Pois muito me inquietou o fato de ter encontrado um grande número de professores que ainda tratam seus alunos com palavras violentas humilhando-os e ferindo-os.

Desde o período de minha formação no curso Normal (1985), a *violência verbal* do professor contra o aluno vem sendo algo que me traz questionamentos. Como por exemplo: Quais as conseqüências ou efeitos dessas palavras na vida do aluno? Terão essas palavras forças o suficiente para impedir de certa forma o caminhar desses alunos? Algumas pessoas têm me testemunhado o quanto foram alvos desse tipo de tratamento por parte de seus antigos professores. Muito me incomoda o fato de que ainda nos dias atuais existam crianças sendo vítimas desse tipo de violência, não somente dentro da sala de aula, mas, também dentro de seus próprios lares.

A violência tem sido um tema muito presente em todos os segmentos da sociedade. Nas academias dos cursos de licenciaturas, exaustivamente se fala sobre a violência. Porém, pouco se fala sobre o efeito ou conseqüência da *violência verbal* do professor contra seus alunos.

A violência está tão presente no cotidiano que, as pessoas se ofendem, se xingam, fazem “brincadeiras” que menosprezam as outras e nem percebem que estão praticando violência contra o outro. Palavras de baixo calão, palavras que agridem podem ser consideradas inócuas no cotidiano da sociedade, e, até mesmo dentro de um contexto escolar, podem passar despercebidas por quem as libera (nesse caso o profissional da educação). Mas, será que o aluno que é alvo dessas palavras, também as consideram inofensivas e sem valor? Qual será a conseqüência ou efeito futuro dessas palavras liberadas (por alguém que tem

autoridade), na vida de crianças e adolescentes? Terão essas palavras efeitos inibidores ou destruidores nas emoções dos alunos? Porém, inicialmente, é importante questionar: quais os possíveis motivos históricos, sociais e subjetivos que contribuem para a ocorrência da violência verbal na escola?

Para investigar tais questionamentos é que me propus a elaborar esse trabalho que será apresentado em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo uma contextualização histórica sobre a origem da violência, destacando as condições da infância no colonialismo, por entender que as mesmas fornecem pistas para a compreensão da violência na escola nos dias atuais, onde se tornou proibido por lei aplicar castigos físicos nos alunos. Porém, considero que a violência verbal tomou o lugar das palmatórias, varas de marmelo e “orelhas-de-burro”, humilhando e constringendo de igual forma. Ainda no capítulo um, trarei considerações a respeito das primeiras práticas de ensino institucionalizadas no Brasil. Abordarei também a questão do castigo no contexto escolar e os direitos legislados da criança.

O segundo capítulo tratará dos possíveis motivos sociais que levam o professor a utilizar violência verbal contra seus alunos. A pesquisa foi voltada para as necessidades e frustrações tanto do aluno quanto do professor. No aspecto social serão apresentadas questões como a autoridade do professor, o preconceito, o mito criado ao redor da figura do professor e a desmotivação dos docentes.

As questões subjetivas serão analisadas a partir dos pressupostos da psicologia analítica no capítulo três, no qual proponho uma análise sobre questões como o os três tipos de educação focando a educação pelo exemplo, na qual veremos que é perfeitamente possível se reproduzir paradoxalmente aquilo que se repudia; o inconsciente; conflitos pessoais, o desligamento do aluno da família, e uma breve reflexão sobre os conceitos junguianos de sombra e persona.

Considero essa investigação de grande importância para diferentes segmentos da sociedade. Não somente para a escola, professores e diretores, mas, também para as famílias, e para toda e qualquer instituição que tenha a infância como objeto de trabalho, inclusive o meio eclesiástico.

Para realizar esse trabalho utilizei a metodologia de pesquisas bibliográficas, valendo-me de principais teóricos como: Gilberto Freyre em sua obra clássica *Casa Grande e Senzala* (1992), Carl Gustav Jung (1978 e 1986) no qual são embasados os fatores subjetivos dessa pesquisa, Bourdieu (2007) onde pude absorver seus ensinamentos sobre a violência simbólica e o grande mestre Paulo Freire (1996) que com seus ensinamentos sobre a pedagogia da libertação contribuiu para uma melhor compreensão pedagógica da relação professor-aluno.

Capítulo 1. O CAMINHO PERCORRIDO PELA VIOLÊNCIA NA ESCOLA: DO BRASIL COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS

Daqui a cem anos, não importará o tipo de carro que dirigi, o tipo de casa em que morei, quanto tinha depositado no banco, nem que roupas vesti. Mas o mundo pode ser um pouco melhor porque eu fui importante na vida de uma criança. (Autor desconhecido)

A proposta desse primeiro capítulo é compreender como era aplicada a disciplina na escola desde os primeiros tempos da educação no Brasil, entender o que aconteceu para modificar tais práticas disciplinadoras e a razão de o castigo físico ter sido retirado da prática escolar. Outra questão a ser discutida será como alguns professores da atualidade têm substituído a violência física pela violência verbal. A proposta é a de visualizar a origem do castigo físico, dentro de um contexto social desde o tempo colonial brasileiro, para compreender como esse modelo de disciplina chegou a fazer parte do contexto escolar. Para tanto, considere necessário, inicialmente pesquisar as condições da infância no Brasil a partir do colonialismo, ou seja, como eram tratadas e vistas as crianças, o lugar que ocupavam na família e na sociedade, como eram disciplinadas e quais as condições de vida na família e na escola. Também busquei compreender a questão do castigo na escola a partir do modelo disciplinador aplicado aos pequenos. Entendo que percorrer esse caminho contribuiu para uma melhor compreensão do uso da violência verbal tão praticada por alguns professores ao tratar com seus alunos, ainda nos dias atuais. Neste caminho, a obra de Freyre (Casa Grande e Senzala, 1992) foi fundamental.

1.1 A condição da infância no colonialismo

Nos primórdios da colonização brasileira, a criança não recebia os mesmos cuidados que recebe na sociedade atual. Dos cinco aos dez anos de idade eram vistas como “meninos- diabo”.

O menino no tempo da escravidão parece que descontava os sofrimentos da primeira infância – doenças, castigos por mijar na cama, purgante uma vez por mês – tornando-se dos cinco aos dez anos verdadeiros menino-diabo. (FREYRE, 1992, p.368).

A criança era considerada um adulto incompleto e, portanto, um subalterno do “adulto completo”, por isso era submetida a sistemas de punições e disciplinas para que amadurecessem e alcançassem rapidamente o nível de organização desejado.

A forma de disciplinar os pequenos era violenta e desumana, e bem cedo a sociedade exigia da criança e do adolescente um comportamento adulto e equilibrado.

Dos meninos, era exigido que confirmassem sua virilidade, sendo postos ainda cedo nos braços de mulheres alugadas para esse fim, ou de negras e mulatas que serviam a seus senhores.

Não seria extravagância nenhuma concluir, deste e de outros depoimentos, que os pais, dominados pelo interesse econômico de senhores de escravos, viram sempre com olhos indulgentes e até simpáticos a antecipação dos filhos nas funções genésicas: facilitavam-lhes mesmo a precocidade de ganhões. Referem a tradições rurais que até mães mais desembaraçadas empurravam para os braços dos filhos já querendo ficar rapazes e ainda donzelos, negrinhas ou mulatinhas capazes de despertá-los da aparente frieza ou indiferença sexual. Nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com as raparigas. Deflorador de mocinhas. E que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paterno. (FREYRE, 1992, p.369).

E dessa forma os meninos contaminavam-se com a sífilis ainda bem cedo. E também contaminavam as negras virgens de apenas doze e treze anos, pois acreditava-se que não havia depurativo melhor do que uma menina negra e virgem.

Ao menino era dado o direito de se comportar como criança somente até os dez anos de idade. Daí em diante tornava-se rapaz. Até os seus trajes eram de homens feitos. Filhos de senhores de escravos precisavam assistir aos seus pais espancarem seus escravos.

Muitos filhos de senhores nem aprendiam a ler e escrever. As desumanidades e crueldades que desde os tenros anos vêm praticar com seus míseros escravos, os tornam quase insensíveis aos padecimentos de seu próximo. (FREYRE, 1992, p.382)

As meninas viviam sob a mais dura tirania dos pais, e ao se casarem passavam a viver sob a tirania dos maridos. Senhores de quarenta, cinqüenta e até setenta anos de idade, que se casavam com meninas de treze quatorze e quinze anos.

Quem tivesse sua filha, que a casasse meninota. Porque depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas de doze ou treze anos. Já não conservavam o provocante verdor de meninas-moças apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos. Às vezes de cinqüenta, sessenta e até de setenta anos. No meado de século XIX ainda eram comuns casamentos de velhos de setenta anos com mocinhas de quinze anos. (FREYRE, 1992, p.346)

Nesse tempo a infância era de certa forma negligenciada. Não existia o sentimento de zelo pela criança que hoje existe. Até mesmo em questões de saúde: a criança doente era levada ao médico já com a enfermidade bastante adiantada, em alguns casos já em fase terminal. A morte era inevitável. A preocupação maior era com as crianças com mais de dez anos e mais ainda com as crianças de sexo masculino, pois representavam a força de trabalho e a continuidade do nome da família.

Para a família patriarcal perder uma criança pequena não era motivo de dor profunda como o é para as famílias da atualidade. Pois criam que aquele “anjo” foi para o céu, e no lugar desse viria outro “anjinho”. Os pais chegavam até mesmo a sentir certa alegria com a morte de seus filhos bem pequenos. Quase a mesma alegria daquele que voluntariamente faz uma

oferta a Deus. “Anjinho a ir para nosso Senhor, insaciável a cercar-se de anjos”. (FRYRE, 1992, p.367)

A falta de cuidados especiais e também de higiene para com as crianças elevava muito a taxa de mortalidade infantil. Durante algum tempo a infância foi tratada negligentemente. Devido a falta de valor que se dava a infância, era legitimado o trabalho precoce. Sendo os meninos recrutados até para a guerra, pois eram utilizados para fazerem trabalhos mais perigosos (como carregar pólvora e municionar canhões), por ser mais fácil a reposição desse contingente. Crianças abandonadas que perambulavam pelas ruas das cidades eram obrigadas por chefes de polícia a se arremeterem para a guerra.

Na minha visão, diante dessas condições de tratamento impessoal para com a infância, fixou-se um pensamento coletivo sobre a forma de disciplinar a criança. O gosto pelo mando, pelo autoritarismo e o desrespeito a infância, o pensamento de que a criança era um adulto inacabado, levou em tempos posteriores ao castigo e a rigidez para dentro das salas de aula.

Quanto ao tratamento dado às crianças negras e à indígena no tempo do colonialismo, era um mais cruel e humilhante. Depois da primeira lei abolicionista – a Lei do Ventre Livre (1871), que liberta o filho da negra escrava – nas áreas de maior concentração da escravaria, os fazendeiros mandavam abandonar, nas estradas e nas vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo coisas suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar. Nos anos seguintes à Lei do Ventre Livre, fundaram-se nas vilas e cidades do estado de São Paulo dezenas de asilos para acolher essas crianças, atiradas fora pelos fazendeiros. (RIBEIRO, 1995, p.233)

A criança indígena era um menos humilhada, uma vez que o índio passou a ser considerado como um ser dotado de alma. Diferentemente do negro que não era reconhecido como um ser dotado de alma, e, portanto era percebido e tratado como um ser inferior.

Os primeiros colonizadores chegaram a considerar o índio como um igual, só que incompleto, ou seja, infantil. Pois a esse faltava a cristianização e o reconhecimento da coroa de Portugal para se tornar completo. Na medida em que as riquezas foram sendo descobertas e os índios foram manifestando resistência quanto ao serviço de mineração, o pensamento do “outro igual” mudou de “outro igual, mas, infantil”; para um “outro inferior” (subalterno). Para justificar essa concepção, diziam que os índios embora sendo seres dotados de alma, eram filhos decaídos de Deus, degenerados e incapazes de reconhecer a “verdadeira religião”.

Os negros por sua vez foram considerados seres sem alma, foi-lhes negado o direito de serem considerados filhos legítimos de Deus, e por isso, subalternos devido à origem e não devido à queda como os índios. Servindo então de “animais de cargas” nas plantações do

“Novo Mundo”. Exatamente devido a essas concepções, índios e negros tiveram suas identidades violadas e descaracterizadas, sendo submetidos a castigos atrozes que os levavam muitas vezes à morte.

Os adultos criavam histórias e danças destinadas especialmente a fazer medo nos pequenos, para incutir-lhes sentimento de obediência e respeito aos mais velhos. Eram apresentadas danças e histórias a respeito de personagens como o “papão” e figuras terríveis do outro mundo que desciam para devorar ou arrebatam crianças “más”. Essa prática era natural e comum nas tribos indígenas, e foi cultivada pelos senhores de escravos, com o fim “pedagógico” de ajudar, pelo medo ou pelo exemplo do castigo, sobre a conduta da criança.

O trabalho, hoje clássico, de Alexander Francis Chamberlain acerca da criança na cultura primitiva e no folclore das culturas históricas, indica ser o papão, complexo generalizado entre todas elas; e quase sempre, ao que parece, com o fim moralizador ou pedagógico. (FREYRE, 1992, p.128).

Essas histórias geravam tanto pavor aos pequeninos que sua única alternativa era obedecer aos senhores que pareciam ter a detenção do poder até mesmo de “monstros” aterrorizadores.

Crianças negras de sete anos de idade já podiam ser separadas de suas mães; eram compradas pelos nobres para servirem de distração para seus filhos e para acompanharem em brincadeiras (por vezes essas crianças negras eram torturadas e mortas).

Ainda existiam os casos de bebês negros que eram tirados de suas mães, apenas para que suas mães servissem de ama de leite para os bebês brancos, filhos de seus senhores. Tais crianças eram levadas para a Casa dos Expostos, também conhecida como Casa dos enjeitados, Casa da Roda ou apenas -“Roda”- Instituição criada em 1738 por Romão Mattos Duarte, com o objetivo assistencial de recolher as crianças abandonadas, não somente as crianças filhas de escravas que nasciam livres por causa da Lei do Ventre Livre (1871), mas, também as crianças que eram geradas ilegitimamente entre senhores e escravas. (COSTA, 1989). A Casa dos Expostos não cumpriu o papel que lhe estava proposto, de cuidar da infância, mas acabou por favorecer a mortalidade das crianças devido a precária atenção que recebiam naquele lugar.

O nome de roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da Instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidos os “expostos”. Este dispositivo permitia que as crianças fossem entregues à Casa sem que o depositário e o recebedor pudessem ver-se mutuamente. (COSTA, 1989, p. 164)

A violência está presente na educação da criança desde o princípio, com o intuito de corrigir e disciplinar aquela que não corresponda aos padrões de comportamentos exigidos pela sociedade. Crianças que conseguissem sobreviver aos maus tratos cresciam em meio ao descaso, a falta de carinho e assistência familiar. Também as crianças filhas de famílias

nobres cresciam sem tanto zelo por parte de seus responsáveis, sendo o primogênito (desde que fosse do sexo masculino) o membro da família que mais merecia atenção (além do pai). Até mesmo a educação escolar quando oferecida, era “privilégio” principalmente do filho mais velho, o que no princípio era responsabilidade dos padres da ordem religiosa Companhia de Jesus (os jesuítas). Esses padres, por sua vez, em muitos casos continuavam o processo de “maturação” das crianças aplicando castigos físicos.

1.2 História das primeiras práticas de ensino institucionalizadas no Brasil

A ordem religiosa Companhia de Jesus foi incumbida pela Coroa portuguesa e pelo Papado de atuar junto aos “selvagens” a serviço da “fé” e do Império na nova terra. Tinha pela frente a grandiosa batalha de se antepor de forma missionária a uma possível invasão protestante, pois a grande batalha era travada em territórios longínquos, principalmente além-mar, e não prioritariamente em seu próprio território. Visto que havia uma “corrida” para ver quem conquistava mais adeptos, os jesuítas, (Companhia de Jesus), devidamente preparados para profundos embates teóricos, foram transformados em mestres. Foram designados para exercer a árdua tarefa de “civilizar” seres que polemicamente alguns consideravam desprovidos de alma.

Em 1545, os jesuítas desembarcaram juntamente com o primeiro governador-geral Tomé de Souza. Sua função principal era a de catequizar os nativos, como também a população que era transferida. Ao mesmo tempo, deveriam preparar uma nova geração de sacerdotes a partir dos que aqui habitavam.

Os jesuítas formaram então as Missões itinerantes, na forma de Recolhimentos. Estes eram um sistema de internatos para meninos indígenas e uma espécie de reorganização das Aldeias, pois o estilo de vida sem privacidade, sem pudor do cotidiano indígena não seria mais possível. Era necessário “ensinar” sobre o “bem” e o “mal”, acrescentando a culpa e o senso do “pecado” do incesto, do nudismo e do possível canibalismo. Além de acrescentar a disciplina da cultura européia quanto ao tempo apropriado para o sono, para as refeições, diversões, o lugar e o tempo adequado para o trabalho religioso. Também eram dados conhecimentos da escrita e do cálculo para que pudessem compreender as Escrituras Sagradas. Acreditava-se que isso seria o suficiente para que os índios fossem transformados em súditos da Coroa e “filhos de Deus”.

Os colégios jesuítas nos primeiros séculos, depois os seminários e colégios de padre, foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial.

Os jesuítas se estenderam até os matos e sertões, encontrando, dessa forma, os primeiros missionários. Havia meninos quase brancos, descendentes de portugueses e normandos que andavam e brincavam nus pelos matos. Esses meninos foram recolhidos aos colégios jesuíticos. Eram filhos de caboclos, normandos, portugueses, mamelucos, meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos loiros, morenos. Só os pardos, os negros e os mulatos foram barrados nas primeiras escolas jesuítas. Porém, em favor dos pardos, a voz do rei de Portugal se levantou através de uma carta a seu representante no Brasil, em 1686:

Honrado Marquez das Minas Amigo – Eu Elrey vos envio muito saudar como aquele que prezo. Por parte dos mossos pardos dessa Cidade, se me propoz aqui que estando de posse há muitos annos de estudarem nas Escolas públicas do Collegio dos Religiozos da Companhia, novamente os excluirão e não os qurião admitir, sendo que nas escolas de Evora e Coimbra erão adimitidos, sem que a cor do pardo lhes servisse de impedimento. Pedindo-me mandasse que taes Religiozos os adimitissem nas suas escolas desse Estado, como o são nas outras do Reyno. E houvindo os padres da Companhia vos informeis se são obrigados a ensinar nas Escolas desse Estado e constatando-vos que assim lhe os obrgareis a que não excluão a estes mossos geralmente só pela qualidade de pardos, porque as escolas de sciencias devem ser igualmente comuns a todo o gênero de pessoas sem excepção alguma. Escrita em Lisboa a 20 de Novembro de 686. Rey. (FREYRE, 1992, p. 413).

O rei de Portugal intercedeu apenas pelos meninos pardos, de maneira que os negros e os mulatos (os moleques como eram denominados) ficaram excluídos desse privilégio que hoje é um direito de todo cidadão e dever do Estado. Aos negros e mulatos estava reservado o trabalho e obrigações sob chibatadas e humilhações.

Com o passar do tempo, os padres abriram oportunidades para meninos nobres poderem freqüentar os seminários, atendendo não somente aos que possuíam alguma vocação religiosa para o sacerdócio, mas também aos que queriam estudar como leigos. Estudos esses que eram destinados aos filhos de proprietários, que mais tarde concluiriam seus estudos na Europa, mais precisamente em Coimbra, a fim de resgatar sua identidade com a pátria-mãe. Esses estudos tornaram-se elitizados, passando a não ser destinados nem mesmo a filhos de urbanos terciários, somente à elite. Estes também não escapavam dos castigos e correções aplicados. O castigo passou então a fazer parte do contexto escolar, era imprescindível para formação de verdadeiros homens de “virtudes”.

1.3 O castigo no contexto escolar

Durante alguns séculos foi permitido às escolas disciplinarem seus alunos castigando-os fisicamente. O castigo físico nos séculos passados era considerado um ato de amor,

acreditando-se que: “Excesso de carinho deveria ser evitado, pois estragaria os filhos e os alunos.” (DEL PRIORI, 1999, p. 115)

Sob a alegação de salvar almas e com o pensamento de que a criança é um adulto inacabado e que para ser aperfeiçoado era necessário que fossem submetidas a duras disciplinas físicas, os primeiros mestres aplicavam castigos corporais aos pequeninos, tais como chibatadas por errarem a lição, ajoelharem-se sobre caroço de milho, levar bolos de palmatória, receber sobre suas cabeças a famosas orelhas de burro, ficar em pé virado contra a parede, etc. Esse tipo de disciplina também era encontrada no interior dos colégios jesuítas, pois aos padres (sacerdotes), cabia a função principal de formar homens religiosos e portanto “livres” do pecado. O pensamento religioso da época era que, se houvesse castigos físicos (flagelos), não haveria lugar para pensamentos pecaminosos, dessa forma levando o aluno ou o noviço à salvação de sua alma e à presença de Deus.

Ao professor, além das obrigações de transmitir os conteúdos escolares, também cabia a função de corrigir os alunos indisciplinados e rebeldes, ou ainda os que não tinham a devida concentração nos estudos. E ao professor era entregue uma palmatória¹ para corrigir seus alunos com “bolos” nas mãos. Algumas palmatórias tinham furos em forma de cruz (para que quando o aluno visse a forma de cruz, fosse inconscientemente remetido ao peso e ao julgo da religião). Os que apanhavam com esse instrumento, ficavam com bolhas nas mãos com formas iguais as dos furos. Essa era a famosa palmatória e era temida por todos. Qualquer aluno que por um motivo ou outro precisasse de correção, disciplina, poderia ser vítima da palmatória ou da vara (de preferência de marmelo ou de amora – que são as mais resistentes). O professor era autorizado pela direção da escola e muitas vezes até por pais a utilizar esse tipo de castigo. O professor podia também fazer com que o aluno ajoelhasse no milho para que fosse disciplinado e corrigido em alguma falha. Técnicas de disciplina nem sempre eficientes, mas, tremendamente eficazes para humilhar e ferir física e emocionalmente o aluno.

No Brasil esse instrumento de verdadeira tortura foi introduzido pelos padres jesuítas na intenção de obrigar os índios a se renderem à “civilização” e à “culturação”. Mais tarde, os senhores de escravos também fizeram uso do mesmo instrumento, quando a intenção era aplicar “leve” castigo ao “negro faltoso com seus deveres”.

Ainda existiam as instituições de ensino que utilizavam um método bastante cruel e humilhante, quando autorizavam os alunos “disciplinados” e “obedientes” aplicar

¹ Instrumento de madeira que era uma haste com uma das extremidades arredondadas como uma bolacha. (palmatória em exposição no Museu da Tecnologia da Educação – R. Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo – Rio de Janeiro).

castigos em seus colegas, fazendo com que os faltosos se sentissem rebaixados e menos importantes.

A punição moral ainda podia efetuar-se com concurso das crianças que repartiriam o poder de correção com os superiores: A formação de júris nos colégios, fazendo que os meninos julguem delitos de seus colegas, aplicando-lhes as disposições do código escolar tem todas as vantagens e exequibilidade. Desenvolvendo o sentimento de justiça, familiarizá-los com os deveres que mais tarde terão de desempenhar na sociedade. (COSTA, 1989, p.200)

Esse tipo de violência ocorreu até o fim do século XIX e começo do XX, e a palavra “menor” começou a aparecer no vocabulário jurídico brasileiro, e segmentos da sociedade começaram a se levantar e reivindicar direitos de segurança e zelo pelos menores. Por esse tempo iniciou uma nova fase no que se referia aos cuidados e aos direitos da criança.

1.4 O direito da criança traduzido na legislação

O século XX é o século da descoberta da valorização e das manifestações em defesa e proteção da criança. A sociedade reconhece que a criança é um ser frágil e, portanto, necessitado de cuidados diferenciados e específicos. Em 1923, a Union for Child Welfare (organização não governamental) estabelece os princípios dos Direitos da Criança. A Liga das Nações recém criada em Genebra, incorpora esses direitos e os expressa na primeira Declaração dos Direitos da Criança, este com apenas quatro itens estabelecidos, que são:

1 A criança tem direito de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente. 2 A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança retardada deve ser encorajada; o órfão e o abandonado devem ser abrigados e protegidos. 3 A criança deve ser preparada para ganhar sua vida e deve ser protegida contra todo tipo de exploração. 4 A criança deve se educada dentro do sentimento de que suas melhores qualidades devem ser postas a serviço de seus irmãos. (www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca/%2FArtigos/crianca.pdf – acesso em 21 de fev. 2009)

Em 10 de Dezembro de 1948, a Assembléia geral da recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Declaração dos Direitos Humanos, que valoriza a família e estabelece uma ética que garante a condição de verdadeiro cidadão para todas as pessoas, inclusive às crianças.

O processo de valorização da infância e os estudos do processo de desenvolvimento e de socialização das crianças conheceram, a partir do século passado, desenvolvimentos qualitativos a que não é alheio, certamente, o novo quadro de problemas sociais originados pela industrialização e o movimento social pelos “direitos da criança”, que começa a manifestar-se já desde o século XVIII, mas que acabará por ver as suas preocupações traduzidas em legislação apenas no século XIX e, sobretudo, no século XX. Esse movimento exprime, ao fim e ao cabo, uma nova sensibilidade e uma nova atitude que procura valorizar a “voz” e a expressão das crianças. (PINTO, 1997, p.96).

Somente na década de 70 do século XX, iniciou-se campanhas significativas e expressivas contra o castigo e a violência contra as crianças nas escolas, e ficou finalmente proibido o uso da palmatória, bem como foi considerado crime qualquer castigo físico contra a criança. No

Brasil, foi somente com a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente), sancionada pelo então Presidente da República Fernando Collor de Melo, que definitivamente proibiu-se qualquer tipo de violência física contra a criança e o adolescente na escola, ou em qualquer outro lugar ou estabelecimento.

Hoje não vemos mais o uso da palmatória ou castigos como o ajoelhar-se no milho aplicado por professores. Porém, muitos docentes fazem uso do castigo psicológico que pode ter efeitos mais traumáticos do que o castigo físico; pois podem inferir negativamente na personalidade do aluno. Esse tipo de castigo pode ser aplicado de várias maneiras e uma delas talvez, a mais cruel, é através de palavras (violência verbal).

Segundo a ABRAPIA (Associação Brasileira Pais, Infância e Adolescência), a violência psicológica é rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, desqualificação, negligência, humilhação. E, ainda acrescento: esse tipo de violência é exclusão.

O professor imbuído de sua autoridade pedagógica, pode acabar exagerando exercendo-a de forma arbitrária, descumprindo com isso alguns artigos e itens da lei nº 8.069 de 13 de agosto de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), que está em anexo nesse trabalho.

Diante de tal Estatuto podemos verificar que em algumas escolas e na prática de alguns professores essa lei não está sendo cumprida. Pois, não respeitam o direito da criança em ser respeitada em sua integridade psíquica e moral como está previsto no artigo 17. Não velam pela dignidade das crianças submetendo-as a tratamentos desumanos, violentos, aterrorizantes (quando com suas palavras, professores aterrorizam seus alunos com dizeres ameaçadores, na intenção de controlá-los e assim manter a disciplina da sala de aula). Submetendo-os muitas vezes à situações vexatórias ou constrangedoras; quando proferem palavras ofensivas como: “você parece um gorila”, “menino besta”, “seu burro”. O parágrafo II do artigo 53 é muito claro: *“Direito de ser respeitado por seus professores”*. Isso faz lembrar o caso de um menino que será chamado de K. e que atualmente tem cerca de 60 anos. Essa pessoa compartilhou suas lembranças de infância durante um período de oração em uma determinada igreja no interior do estado do de São Paulo, onde as pessoas tinham a oportunidade de “abrir seus corações” e falar do que mais lhes afetavam e que lhes traziam ressentimentos e amarguras.

K era o primogênito de um pai viúvo. Aos oito anos de idade, K foi levado por seu pai à professora para que essa o ajudasse a orientar seu filho que havia voltado a urinar na cama. A professora despreparada e com pouca sensibilidade, apresentou K à turma vestindo uma roupa íntima feminina, e disse à turma que K era merecedor daquela humilhação, pois havia feito “xixi” na cama, e que iria deixá-lo vestido daquela forma na frente da sala até que se

arrependesse do feito. No entanto, acredito que o fato de K ter urinado na cama tenha sido um feito involuntário provocado por questões psicológicas. Pois, K era órfão de mãe desde os oito meses de idade, seu pai havia se casado novamente e agora ele iria ter um irmãozinho. Ele adquiriu um profundo sentimento de inadequação, rejeição e abandono. Após o fato ocorrido em sala de aula, K ficou com sérios problemas de fala, sendo dessa forma prejudicado em todo meio profissional nos quais foi inserido durante toda a sua vida adulta. Hoje K ainda sofre quando recorda o fato, é uma pessoa muito tímida e emocionalmente frágil, não consegue se colocar à frente de grupos de pessoas para falar, pois se sente exposto e incapaz de agradar com sua presença. Sempre se recorda do fato ocorrido em sua infância, o que o oprime e trás sensações de desconforto e vergonha.

Vão-se as palmatórias e permanecem como forma de castigo e instrumentos disciplinadores as palavras, os olhares, os gestos e atitudes violentas, vexatórias, humilhantes e inibidoras do bom desenvolvimento do indivíduo como pessoa e como profissional.

Capítulo 2. POSSÍVEIS MOTIVOS SOCIAIS QUE LEVAM O DOCENTE A UTILIZAR VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA SEUS ALUNOS

Infelizmente temos visto alguns professores, que em sua prática pedagógica utilizam-se de crueldade verbal com muita naturalidade. Muitas vezes nem se apercebem do grande mal que estão causando a seus alunos. Com o fim de buscar compreender os motivos (ainda que não justificáveis) para tal violência ser constantemente utilizada como uma prática inibidora, ou como uma tentativa de estabelecer e confirmar a autoridade do docente, este capítulo se propõe a investigar os motivos, a partir de algumas características marcantes da nossa sociedade, tais como: a violência simbólica presente na escola, o autoritarismo, o preconceito do professor com relação ao aluno, o mito do “sabe tudo” formado ao redor da figura do professor. Também procurei analisar as diversas razões para a desmotivação do profissional: os baixos salários, a desvalorização da profissão e a saúde do docente.

2.1 O fator social - Violência simbólica

Para dar início a esse tópico considerei importante abordar a questão da violência simbólica como um fator social. O conceito de violência simbólica foi criado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007), para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. A violência simbólica se expressa na imposição "legítima" e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. A violência simbólica pode ser exercida por diferentes instituições da sociedade: o Estado, a mídia, a escola, etc.

A violência simbólica na escola é estabelecida a partir do momento em que se hierarquiza os cargos na escola, pois, assim como a mensagem transmitida não é natural, esta relação hierárquica de poder também é arbitrária.

O poder simbólico é esse poder invisível o qual só se pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2007, p. 8)

A violência simbólica pode provocar no aluno ansiedade, medo e tensão, na medida em que o professor parece sentir prazer em descobrir aqueles que não conseguiram aprender um

determinado conteúdo escolar, expondo a criança publicamente; não permitindo que o aluno desfrute do recreio e/ou de seu lanche; exigindo que se realize mais tarefas que as de costume; fazendo ameaças de castigos; ridicularizarão no coletivo; ameaças de reprovação; fazendo teste “relâmpago”, etc. São formas que alguns professores acreditam ser úteis para manter a disciplina em suas salas de aula. Dessa forma, erro vitimiza o aluno, e aos poucos vai se desenvolvendo como uma visão culposa extremamente grave perante a vida, pois este é castigado duplamente: pelo outro, que qualifica sua “incompetência” e por si mesmo, que ao reiterar o erro vivencia a autopunição. A criança, ao chegar à escola, deveria encontrar no professor um aliado que está ali não só para ensinar, como também para escutar, renovar suas idéias e aprender com cada aluno. O professor que busca não cometer a violência simbólica deveria constantemente trocar de papel com seus alunos, desfazendo aos poucos a imagem autoritária que arbitrariamente tornou-se intrínseca a essa profissão.

2.2 Autoridade

Considero que a base para um bom relacionamento professor/aluno é a autoridade do docente exercida de forma equilibrada. O professor do tipo controlador, ou seja, que mantém com seus alunos uma relação que se baseia na desigualdade, deixa claro que se o aluno não obedecer sofrerá sanções. Isso poderá gerar um clima de ressentimento, hostilidade e resistência a tudo o que for proposto por este professor. Tal professor sente-se no dever de aplicar sanções (que em muitas vezes são duras) como aquele que faz o exercício do Direito Legal. Ter autoridade e exercê-la não significa ser autoritário.

Freire (1996) diz que a educação é uma forma de intervenção no mundo e ensinar exige essa compreensão.

Quintanário, Oliveira e Monteiro (2003) esclarecem o pensamento de Durkheim sobre a autoridade para exercer o Direito Legal. Afirmam que as sanções impostas pelo Direito são organizadas em: repressivas e repressivas:

O papel do Direito seria, nas sociedades complexas, análogo ao sistema nervoso: regular as funções do corpo. Por isso expressa também o grau de concentração da sociedade devido a divisão do trabalho social, tanto quanto o sistema nervoso exprime o estado de concentração do organismo gerado pela divisão do trabalho fisiológico, isto é, sua complexidade e desenvolvimento. Enquanto as sanções impostas pelo costume são difusas, as que se impõe através do Direito são organizadas. Elas constituem duas classes: as *repressivas* – que infligem ao culpado uma dor, uma diminuição, uma privação; e as *restitutivas* – que fazem com que as coisas e relações perturbadas sejam restabelecidas à sua situação, levando o culpado a reparar o dano causado. (QUINTANÁRIO, OLIVEIRA E MONTEIRO, 2003, p.82)

Sendo o professor autoridade na sala de aula, talvez tacitamente sinta-se no privilégio de aplicar sanções sobre seus alunos como um juiz. O professor que faz uso da violência verbal (na falta da palmatória) trata seus alunos como quem aplica uma sanção: os têm como culpados. Apesar de não haverem culpados nesse “tribunal”, aplicam a sanção repressiva condenando o aluno a carregar o fardo de ser alvo da sua violência verbal. Na intenção de amenizar o “mau comportamento” do aluno ou puni-lo por indisciplina. O professor tem um papel difícil, pois não deve exercer autoridade que subjuguie seus alunos, ao mesmo tempo precisa levar a criança a entender sua autoridade e respeitá-la por ser aplicada em dose equilibrada.

Há situações em que a conduta do professor pode parecer aos alunos que ele, o professor, exorbitou de seu poder. Às vezes é o próprio professor que não está certo de ter realmente ultrapassado o limite de sua autoridade ou não [...] Inclinados a superar a tradição autoritária, tão presente entre nós resvalamos para formas licenciosas de comportamento e descobrimos autoritarismo onde só houve o exercício legítimo de autoridade. (FREIRE, 1996, p.104)

Portanto, acredito que a cultura preconceituosa autoritária na qual estamos inseridos e o autoritarismo docente, contribuem para a violência verbal encontrada nos ambientes de sala de aula.

2.3 Preconceito

O preconceito social de muitos professores com relação ao aluno é reflexo e reprodução das relações de uma sociedade capitalista, na qual é super valorizado um determinado conhecimento ou cultura em detrimento de outra. Muitas vezes esse professor não percebe que sua relação com seus alunos também reproduz essa sociedade capitalista, materialista e gananciosa. O preconceito do professor com relação ao aluno poderá fazer com que ele tenha uma baixa expectativa quanto ao sucesso escolar do aluno, induzindo-o indiretamente a manter-se em níveis indesejáveis de aproveitamento.

Um professor não pode progredir muito na compreensão dos outros ou em ajudá-los a autocompreender-se, a menos que ele trate de conhecer-se a si próprio. Se não faz isso continuará vendo seus alunos através de seus preconceitos, distorções, necessidades, temores, desejos, impulsos hostis não conhecidos. (JERSILD, 1985, p.65).

O ser humano é um descobridor e um transformador do mundo. Ninguém nasce e morre sem realizar de alguma forma a descoberta e a transformação do mundo. De uma forma ou de outra, todos somos realizadores dessas duas tarefas. Todos nós interagimos com o mundo e de

alguma forma deixamos as nossas marcas nele. Uns marcam mais, outros marcam menos, mas, em síntese, todos marcam.

O mundo é desafiador tanto para os que nascem em uma classe social privilegiada, quanto para os que nascem em uma classe social menos privilegiada. Apesar das diferentes classes sociais, todas as pessoas nascem com as mesmas condições (naturais) para descobrir e transformar o mundo. Na fase anterior a idade escolar aprendem a perceber o mundo: olhar, ouvir (mesmo as pessoas especiais que nascem com alguma deficiência visual ou auditiva têm condições de olhar e ouvir – de forma diferenciada, mas, percebem), aprendem a sentir, refletir, aprendem a se comunicar (mesmo que não seja verbalmente), aprendem a reagir, a se movimentar e mover as coisas. E esse aprendizado acontece de forma consciente e inconsciente sem que seja necessário que alguém ensine efetivamente, (é o que a psicologia analítica chama de educação pelo exemplo), a qual será mencionada no segundo tópico. Essas capacidades vão se aperfeiçoando conforme o indivíduo vai amadurecendo, ou seja, passando da infância para a fase adulta. Tais capacidades fazem parte da herança da raça humana. Essa herança Jung (1978) denominou de Consciência Coletiva.

Diante de tal constatação, há que se considerar que todos têm condições de aprender. Dessa forma, é simplesmente inadmissível o preconceito social com todas as suas formas e máscaras. Alguns docentes avaliam precocemente e equivocadamente seus alunos pela cor de sua pele, pela classe social a qual este pertence, pela forma de falar do aluno, pelo fato do aluno ter um sotaque característico de outra região, ou do aluno ser portador de necessidades especiais. Esses alunos por vezes são desvalorizados por seus professores que não dão o devido valor aos seus talentos, pensamentos e expressões. Tanto a criança de classe social privilegiada quanto a criança de classe social não privilegiada em suas brincadeiras são capazes de estabelecer e cumprir regras. São capazes de criar e inventar brincadeiras que mostrem talentos que podem ser variados: ou para gestão de negócios, ou para engenharia, ou para a medicina, enfim, podemos observar talentos para solucionar problemas no meio da brincadeira infantil de qualquer classe social. Todos expressam sua inteligência de alguma forma.

Certos professores julgam-se superiores aos seus alunos e não conseguem tirar de si mesmo bons tesouros, mas, somente a mesquinhez e a arrogância autoritária têm guardadas para oferecer aos seus alunos, julgando-os o tempo todo, em tudo o que fazem. Paulo Freire (1996), diz que a arrogância que nega a generosidade, nega também a humildade. E ainda afirma que uma das qualidades indispensáveis da autoridade (docente), é a generosidade, pois a mesquinhez é a forma de inferiorizar a autoridade do professor. Suas atitudes podem se

resumir em um tratamento ríspido e indiferente para com os sentimentos e emoções de seus alunos. Tirando dos “tesouros” de seu coração apenas a violência. Considero que a violência verbal é uma forma de punir os alunos e a tendência do professor preconceituoso é utilizar esse tipo de punição sobre os alunos que ele julgue merecedor de disciplina, por motivos que podem ser variados.

O aluno que sofre constante violência verbal na escola e que é vítima do preconceito do professor, poderá sentir-se desmotivado quanto aos estudos e, dessa forma, evadir da escola deixando seus estudos antes de concluí-los. O resultado da falta de estudos poderá inviabilizar a aquisição de uma profissão que lhe possibilite um sustento honroso e digno, dessa maneira o indivíduo continuará sofrendo com as diferenças sociais de oportunidades. Pois a escola contribui significativamente para legitimar o poder simbólico da classe dominante.

Seu conceito a respeito de sua própria cognição poderá ser mínimo, sentindo-se sempre inferior aos que possuem um grau mais elevado de escolaridade. Essa pode ser uma das conseqüências da violência verbal do professor contra seus alunos, pois o aluno não só reconhece o professor como autoridade, como também legitima as mensagens que por ele (o professor) são transmitidas, recebendo e interiorizando as informações. Fica garantida dessa forma uma reprodução social e cultural da classe dominante, uma vez que o professor está inserido neste contexto de dominação. Com isso foi criado o mito de que o professor conhece tudo e sabe tudo. Mito esse que existe na sociedade desde que foram estabelecidas as primeiras instituições educacionais no Brasil. A palavra do professor era sempre a mais valorizada e respeitada por todos. Pois sobre ele pairava o mito de que ele sabia todas as coisas e, portanto, não cabia a ninguém o direito de contradizê-lo.

2.4 O mito do “sabe tudo” formado ao redor da figura do professor

Paira sobre a figura do professor um mito que vem de tempos longínquos. O mito de que o professor é o detentor do saber e de que a verdade habita nele. Pois o professor é funcionário de uma instituição da sociedade civil – ainda que esta pareça enfraquecida – a escola – que se encontra totalmente inserida nas lutas pela legitimação da cultura tanto das classes privilegiadas tanto das menos privilegiadas; por causa disso o professor como agente dessa instituição foi e ainda é nos dias de hoje, considerado um trabalhador “intelectual”. Por esse motivo em alguns casos, em algumas escolas, bairros e cidades e até na mente do próprio professor criou-se um mito sobre sua figura, pois ele é considerado um tipo de trabalhador

superior ao trabalhador manual. Esse pensamento foi difundido na escola tradicional, onde se privilegia o conteúdo, sendo que o mesmo é centrado na figura do professor. O aluno é colocado em posição passiva. O professor transmite o conhecimento e o aluno recebe o que se é transmitido. Essa linha de ensino difundiu-se no século XVIII a partir do iluminismo. Escolas e professores que seguem esse modelo tendem a ser rígidos em relação à disciplina. Devido à existência desse mito, alguns professores desenvolveram o que Paulo Freire chamou de autoridade mandonista (FREIRE, 1996). Uma atitude que contribui para que o professor se auto-desumanize, atuando de forma arbitrária contra o aluno, desmerecendo-o com palavras que humilham, ofendem, agridem e ferem profundamente. Esses professores esqueceram-se da pedagogia fundada na ética, no respeito e na dignidade, não contribuem para um ambiente favorável à produção do conhecimento e do saber. Segundo Freire, o fato da relação professor aluno se dar de forma amorosa não significa que está desprovida de autoridade e competência. Autoridade e competência podem perfeitamente andar de mãos dadas, em parceria. A escola, a comunidade e a nação só têm a ganhar quando há esse entendimento da parte dos profissionais da educação.

2.5 A desmotivação do profissional a partir dos problemas políticos e econômicos

Muitas podem ser as razões que levam um professor que antes era apaixonado por sua profissão a se desmotivar com relação à mesma. Era comum algum tempo atrás ouvir um professor dizer que sua profissão era uma vocação, um sacerdócio. Porém com o passar dos tempos, outras visões foram sendo trazidas, outras profissões foram sendo inseridas no mercado de trabalho. O mundo, as pessoas começaram a buscar novos interesses, e com a introdução da informática muitos jovens se voltaram para essa área de trabalho, o que não é de se admirar, pois chega a ser fascinante as possibilidades de alcance dessa tecnologia, principalmente no que diz respeito a ganhos salariais. O salário inicial de um técnico em informática supera em muito o salário de um jovem professor recém-formado.

Contudo, os baixos salários do professor não é um problema só da atualidade, a história conta que desde os tempos do Império essa é uma característica marcante dessa profissão. Como exemplo, cito uma carta de alguns professores que estavam preocupados com a diminuição do próprio poder aquisitivo e dirigiram-se à Regência em nome de D, Pedro II, nos seguintes termos:

“Senhor

Os Professores Públicos de gramática Latina, de Língua Grega, Retórica e Filosofia desta Corte, abaixo assinados, vêm representar a V.M.I os justos motivos com que esperam merecer aumento de Honorário. Os representantes recebem os ténues Ordenados, que n'outros tempos se julgaram suficientes para sua manutenção têm continuado o Ensino público sempre com o mesmo trabalho e acréscimo das despesas, sendo evidente que o ordenado que ora recebem apenas chega para o pagamento de casas, e nunca para decente sustentação, de quem ocupado no magistério, deve estar remido de outros cuidados que os tornem menos assíduos, ou zelosos no desempenho de seus deveres, mas que são necessários quando faltam os recursos que têm ido em acréscimo de dia a dia, como é constante. É tão verdade, que os ordenados há muito estipulados aos Professores não chegam para a sua manutenção, que a Assembléia Geral os tem elevado, por esse motivo, em todas as Cadeiras que tem criado de novo; e que os Conselhos Provinciais, até mesmo onde não são tão pesadas as despesas de subsistência, como na Corte, têm proporcionado aos Professores Públicos mais cômodos Ordenados; podendo dizer-se que em todas as Províncias eles estão em melhor condição do que na Corte, onde são desproporcionados os meios para os cômodos que devem ter os que se empregam em tão útil e honroso serviço. Por estes motivos, e por outros muitos, que deixam de lembrar os Representantes, porque são públicos, e ao alcance do Governo, confiam eles que Vossa Majestade Imperial os acrescente em conformidade com as precisões de nosso atual estado na Corte, e com a proporção dos professores das Províncias, a quem esta graça tem sido concedida com toda a justiça: parecendo aos representantes que o Ordenado de um conto de réis anual a todos os abaixo assinados é só que pode de algum modo compensar o trabalho de seu magistério nestes tempos, e do possível modo equipara-los aos Professores das Províncias, que têm sido agraciados com aumento de Honorários, pelas mesmas razões em que se acham os da Corte; e por que este Requerimento se funda em manifesta justiça, e se apóia na Resolução de 16 de junho de 1832, que explica o Art.2º da Resolução de 11 de novembro de 1831, que parecia dificultar o Despacho dos antigos Professores, sendo, aliás, bem clara a sua Justiça, mormente para os da Corte; e com o mais profundo respeito Vossa Majestade Imperial se digne elevar os seus ordenados a um conto de réis, submetendo este acréscimo à aprovação da Assembléia Geral Legislativa.

E.R.M.

Januário da Cunha Barbosa

Professor de Filosofia

(seguem-se as demais assinaturas).”

(Representações – A Regência em nome de D. Pedro II. Manuscrito original na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Como se vê, os baixos salários do professor sempre foram uma das razões para uma possível desmotivação. Seria hipocrisia dizer que o dinheiro não exerce força sobre o professor apaixonado por sua profissão. Todos têm compromissos financeiros a honrar, todos têm famílias e precisam de seus salários, pois como todo trabalhador, o profissional da educação é digno e merecedor de uma boa remuneração.

A vocação, o sacerdócio, para muitos, já não faz mais sentido. Essas expressões ficaram reduzidas ao cunho religioso. São raros os casos de estudantes do curso normal que se dizem apaixonados pelo magistério. Acredito que muitos fazem o curso normal simplesmente para terminarem o segundo grau com alguma profissão. E enquanto não encontram “coisa melhor”, vão exercendo a profissão meio com tom desgostoso. Sendo assim, entendo que quando esse professor assumir uma classe poderá não estar preparado para tal função. O resultado poderá ser uma desmotivação com relação a sua turma e a sua profissão.

Infelizmente alguns professores são abraçados pela desmotivação a qual pode acarretar uma falta de interesse no trabalho e também acabam por cometer violência verbal contra seus alunos, tornando-se vítimas do desamor pela profissão.

Ainda pode ser citado o fator saúde como um considerável motivo para um esfriamento e desinteresse dos profissionais do magistério. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000) define que saúde ou ser saudável não é simplesmente a ausência de enfermidades; mas saúde significa um conjunto de bem-estar, não somente físico, mas também bem-estar psicológico, emocional, financeiro, familiar e profissional, para que as pessoas possam ser consideradas portadoras de uma saúde perfeita:

Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas na ausência de doença ou de enfermidade.

Gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, de religião. De credo político, de condição econômica ou social.

A saúde de todos os povos é essencial para conseguir a paz e a segurança e depende da mais estreita cooperação dos indivíduos e dos Estados. (Disponível em: <<http://www.unifran.br/mestrado/promocaoSaude/docs/Constituicao>>. Acesso em: 10 de agos. 2008).

Muitos professores necessitam dobrar sua jornada de trabalho, dando aulas muitas vezes em duas ou mais escolas para garantir um conforto melhor para a sua família. E em alguns casos nem sempre as escolas são próximas umas das outras ou suas casas não são próximas das escolas, o que faz com que o professor passe muito tempo recebendo as opressões e poluições do trânsito. Existem aqueles que após uma longa trajetória até o seu local de trabalho, ainda encontram a realidade de uma escola totalmente precária, com condições de trabalho muito aquém da ideal, tendo que lutar contra a falta de materiais didáticos. Alguns professores chegam a usar de seus próprios recursos para comprar algum material para os alunos. Ainda existem professores que trabalham o tempo todo sob tensão, devido à violência que está no entorno da escola ou até mesmo dentro dessa instituição. Conta-se também com a falta de autonomia do docente, pois em muitos casos o professor é podado em suas ações pedagógicas. Somam-se a tudo isso os problemas familiares e pessoais do professor, que não é facilmente abstraído.

Como estará a saúde desse professor? De acordo com a OMS, saúde é um conjunto de bem-estar que inclui múltiplas dimensões, mas com o tempo esse professor observa que já não tem mais tanta paciência, que já não sente a mesma paixão pela sua profissão, e que está estafado e em muitos casos sem voz. O desgaste vocal que pode ser consequência do mau uso das pregas vocais, mas, também pode ser resultado do stress vivido no dia-a-dia pelo professor. Tudo isso pode ocasionar o que os especialistas da área da saúde chamam de síndrome de Burnout.

A Síndrome de Burnout é uma doença psicológica caracterizada pela manifestação inconsciente do esgotamento emocional. Esse esgotamento ocorre por causa de grandes esforços realizados no trabalho que fazem com que o profissional fique mais agressivo, irritado, desinteressado, desmotivado, frustrado, depressivo, angustiado e impaciente.

A pessoa que apresenta essa síndrome, além de manifestar as sensações acima descritas, perde consideravelmente seu nível de rendimento e de responsabilidade para com as pessoas e para com a organização que faz parte. Pode ocorrer em profissionais de diferentes áreas que possuem contato direto com pessoas, principalmente entre professores. Também apresenta manifestações fisiológicas como cansaço, dores musculares, falta de apetite, insônia, frieza, dores de cabeça freqüente e dificuldades respiratórias.

Após tudo isso resta o cansaço e o desinteresse, que pode levar o professor a não conseguir mais desenvolver um ambiente harmonioso e propício para o ensino, levando-o a utilizar palavras com seus alunos que podem ser interpretadas como violência, mas que na verdade são expressões de uma profunda desmotivação e desencantamento profissional. Todos saem perdendo quando o professor já não consegue mais encontrar motivação em sua profissão. Sai perdendo o professor, o aluno, a instituição escolar e a família. Seria interessante se esse professor desmotivado pudesse fazer uma readaptação em sua vida profissional para que o ambiente escolar pudesse ser verdadeiramente um ambiente transformador.

Capítulo 3. POSSÍVEIS MOTIVOS SUBJETIVOS QUE LEVAM O DOCENTE A UTILIZAR VIOLÊNCIA VERBAL CONTRA SEUS ALUNOS

3.1 O Fator Subjetivo

Para uma melhor compreensão das questões subjetivas envolvidas na violência verbal de docentes contra alunos este capítulo se propõe abordar alguns conceitos da psicologia analítica. Uma teoria desenvolvida inicialmente pelo psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), porém pouco difundido na literatura educacional. Contudo, escolhi utilizar a psicologia analítica nesse estudo, pelo fato de haver identificação com os pensamentos de sua teoria.

Nesse capítulo tratarei sobre os conflitos pessoais do professor, o desligamento do aluno com relação à sua família, o papel que o professor desempenha nesse processo e o exemplo dado pelo professor como modelo para o aluno. Temas que serão desenvolvidos para refletir sobre os motivos que levam o docente a utilizar violência verbal contra seus alunos.

3.2 Tipos de Educação

Jung (2002), distinguiu três tipos de educação: a educação coletiva consciente; a educação individual e a educação pelo exemplo. A educação coletiva apresenta três pontos necessários para o bem coletivo, válidos e aplicáveis para certo número de indivíduos. Os pontos são: regras, princípios e métodos. Ou seja, os indivíduos são formados por regras, princípios e métodos, comuns a todos. Dessa maneira, há uma formação coletiva de caráter, dando o mesmo nível a todos e uniformemente. Se uma pessoa receber somente esse tipo de educação, poderá sentir-se insegura quando necessitar tomar decisões individuais, por lhe faltar regras conhecidas. Sendo somente capaz de corresponder satisfatoriamente às regras, aos princípios e aos métodos segundo os quais foi educado. É desnecessário dizer que esse tipo de educação é indispensável para aprendermos a viver na coletividade. Através dela aprendemos a respeitar as normas e os direitos do outro.

O segundo tipo de educação é a educação individual. É destinada a indivíduos que têm dificuldade em ser educado de forma coletiva, como por exemplo, que precisam de atendimento especial. Contudo a educação individual também pode ser destinada a valorizar as singularidades psíquicas e cognitivas de alguns alunos.

O terceiro tipo é a educação pelo exemplo. A educação pelo exemplo é espontânea e inconsciente. Jung a considerou a mais antiga e a mais eficaz. “O melhor método educacional consciente pode, em certos casos, tornar-se completamente sem efeito, por causa do mau exemplo dado.” (JUNG 1978, p.155).

Essa educação é aquela na qual o professor, mesmo sem fazer uso de palavras, está ensinando. Ensina com seus próprios atos, gestos e em toda a sua maneira de viver. Isso requer do professor muito cuidado, dedicação e um certo grau de sutileza. Pois aquilo que a criança o vir fazendo e/ou falando, será o que a criança receberá como influência.

O professor deve ser muito mais que um simples transmissor de conteúdos programáticos; deve ser uma personalidade capaz de educar pelo exemplo. Deve compreender que sua tarefa não é simplesmente colocar na cabeça das crianças ensinamentos científicos que supostamente serão importantes e necessários para suas vidas no futuro, mas, além disso, é também fluir sobre as crianças em favor de sua personalidade total. Pois quando a criança entra na escola por volta dos cinco anos, ainda não tem consciência do “eu”, este ainda se encontra em estado embrionário; de forma alguma ela tem condições de afirmar sua personalidade. O professor precisa ser capaz de influir sobre a criança proporcionando condições para uma boa formação de sua personalidade, não somente para que se torne uma pessoa capaz de desenvolver um excelente raciocínio lógico ou de adquirir grande habilidade com as palavras e a língua, mas, também para que essa criança seja uma pessoa capaz de conviver em comunidade, respeitando e sendo respeitada.

Se o professor não for portador de um bom exemplo, estará correndo o risco de influenciar de forma não satisfatória alguns de seus alunos, que por motivos variados, buscam um modelo a ser seguido. É importante que o professor seja uma pessoa correta e sadia em sua psique, pois do contrário como influenciará seus alunos? Como o professor poderá corrigir nos alunos defeitos que não corrigiu em si mesmo? (SAIANI, 2002, p.98). Consideramos, a partir dessa abordagem que um bom professor ensina pelo seu exemplo, transmitindo a motivação, o respeito ao próximo e a alegria de aprender aos seus alunos. Muitos problemas escolares são devido à falta de motivação. Problemas disciplinares, aborrecimento, fadiga e aprendizagem deficiente são alguns resultados da ausência de motivação, que é um dos canais que podem conduzir a um aumento de tensão no relacionamento professor-aluno

A criança projeta sobre o professor a imagem dos pais. A escola tem também a função de libertar a criança de sua identidade com a família para torná-la consciente de si mesma. Do contrário, quando se tornar adulta, essa pessoa não conseguirá libertar-se da dependência da família. Apenas imitará os outros se sentindo oprimida por outras pessoas. “A finalidade

dessa educação é conduzir a criança para o mundo mais amplo e desta forma completar a educação dada pelos pais”. (SAIANI, 2002, p.13)

Alguns professores durante sua vida escolar podem ter tido um tratamento por parte de seus professores de igual forma, indiferente, quase sempre aos gritos, talvez fossem alvos de violência verbal. Ficando como marca no seu inconsciente um modelo de docência violento. Dessa forma, dificilmente esse professor poderá agir diferente com seus alunos, pois recebeu esse modelo de ensino e provavelmente agirá com seus alunos de igual forma, a não ser que tome consciência das suas atitudes e procure modificá-las. “Cada pessoa é o que é pelo que aprendeu”. (MARTINS, 1987, p. 14).

O professor educa pelo exemplo independente de sua vontade, e para que esse exemplo possa contribuir para uma boa educação, é necessário um autoconhecimento, uma maior percepção do que Jung chamou de nossas sombras e que será abordado num próximo tópico.

3.3 O inconsciente

O que cada indivíduo traz consigo na sua história de vida e no seu inconsciente, também tem grande importância para o bom desenvolvimento de sua profissão, influenciando no relacionamento professor/aluno. É de grande valia compreender um pouco o que a psicologia analítica entende sobre o inconsciente e suas influências nas relações humanas. Para a psicologia analítica o conteúdo do inconsciente vai além do ponto de vista freudiano (segundo o qual os conteúdos do inconsciente são tendências infantis reprimidas, geralmente de ordem sexual).

O inconsciente, em vista de sua extensão indeterminável, poderia talvez ser comparado ao mar, e o consciente seria apenas uma ilha que se erguesse sobre o mar. Mas devemos parar por aí na comparação, pois a relação entre o consciente e o inconsciente é essencialmente diversa da que existe entre a ilha e o mar. Não há mesmo nenhuma relação estável, mas reina uma troca contínua e um deslocamento constante dos conteúdos. Tanto o consciente como o inconsciente não representam algo estável e permanente, mas cada um é algo de vivo, que está em contínua atuação recíproca sobre o outro. Conteúdos conscientes acabam mergulhando no inconsciente quando perdem sua intensidade ou atualidade. A esse processo denominamos esquecer. A partir do inconsciente emergem novas imagens e tendências que penetram na consciência; falamos de idéias súbitas e impulsos. O inconsciente é como a terra de um jardim, da qual brota a consciência. A consciência se desenvolve a partir de certos começos, e não surge logo como algo de completo e acabado. (JUNG, 1986, p. 55).

Jung fala sobre a teoria do inconsciente coletivo, que segundo o mesmo não está relacionado a experiências pessoais ou individuais. As experiências pessoais estão

relacionadas ao inconsciente pessoal, que é representado pelos sentimentos e idéias reprimidas, e/ou esquecidas desenvolvidas durante a vida de um indivíduo.

O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, ele é herdado. É um conjunto de sentimentos, pensamentos e hábitos que toda a humanidade compartilha. É um “reservatório” de imagens latentes, as quais Jung denominou de arquétipos. O que cada pessoa herda de seus ancestrais. A pessoa não se lembra das imagens de forma consciente, no entanto, herda uma predisposição para reagir ao mundo e interagir com ele da mesma forma que seus ancestrais faziam. Os arquétipos do inconsciente coletivo podem ser representados por meio de símbolos. Existem vários símbolos que podem ser associados a um arquétipo, por exemplo: o arquétipo materno pode não ser a mãe real de cada um, mas, pode incluir símbolos do feminino como: Venus, Virgem Maria, enfim, figuras nutridoras. O arquétipo materno pode ter aspectos positivos ou negativos, como a mãe ameaçadora ou super-protetora, dominadora, ou ser associada a uma imagem boa, gentil, etc.

Cada indivíduo traz na sua história de vida e no seu inconsciente, fatores que podem influenciar no desenvolvimento de sua profissão. Compreendendo dessa forma, o relacionamento professor/aluno também pode ser influenciado pelo inconsciente dos mesmos. É pensando assim, que se faz necessário estudar um pouco sobre o inconsciente. Complementando essa idéia Craig apud Saiani (2002), esclarece o que entende a respeito do arquétipo professor/aluno:

A confrontação entre professor e aluno apresenta um paralelismo à tensão interior existente entre os estágios de adulto pensante e criança ignorante. Dentro do adulto, há uma criança que impele para o novo. O conhecimento do adulto torna-o rígido e fechado com respeito à inovação. Para permanecer emocionalmente vivo, o adulto deve conservar e cultivar o potencial de vida representado pela ingênua abertura e pela irracionalidade das experiências da criança que ainda não sabe nada. O adulto, portanto, nunca para de crescer: para de alguma forma manter a saúde psíquica, é preciso conservar uma certa ignorância infantil. (SAIANI, 2002, p111).

O bom professor sente-se fascinado pelo arquétipo adulto instruído/criança ignorante. Um bom professor deve, por assim dizer, estimular o adulto instruído na criança. Mas isso só pode ocorrer se o professor não perder o contato com sua própria infantilidade. Em termos práticos, isso significaria, por exemplo, que ao ensinar ele não deve perder a espontaneidade, devendo deixar-se conduzir por seus próprios interesses. Seu trabalho consiste não apenas em transmitir conhecimento, mas também em despertar a vontade de aprender nas crianças – O que só será possível se a criança espontânea e ávida de conhecimento estiver dentro dele. (SAIANI, 2002, p.112).

Quando a criança do professor não se comunica com a criança do aluno, o professor torna-se quase incapaz de se empatizar com os dilemas do aluno. Torna-se um professor rude e insensível, não brinca (pois ele não se comunica com sua criança interna). Sua maior preocupação é deter o conhecimento que por sua vez deve ser transmitido aos alunos como sendo ele (o professor), o “senhor da verdade”. Quando esse professor age dessa forma o aluno pode se recusar a aprender.

É quase impossível uma criança gostar de aprender se só encontra no professor austeridade e, o pior, expressões verbais violentas. Tal professor pode ter perdido o contato, a comunicação, o relacionamento com sua própria infantilidade. Pode ser que esse professor durante o seu percurso de vida não tenha sido suficientemente “validado”, segundo a expressão de Kenitz (2001). Para esse autor, o ser humano precisa sentir-se seguro emocionalmente para que possa exercer suas funções dentro da sociedade de forma satisfatória. Afirma que segurança (emocional) não depende do próprio indivíduo e sim do outro. E esse tipo de segurança depende de um processo o qual Kenitz chama de “validação”. Ele explica: “Validar alguém seria confirmar que essa pessoa existe que ela é real, verdadeira e que tem valor”. Todo ser humano precisa constantemente ser validado pelos outros. Ouvir o outro dizer “você é importante para mim”. Segundo Kenitz o indivíduo sempre será um ninguém, a não ser que, outros o validem como alguém.

Quando o professor compreender que um simples sorriso, um elogio, um toque carinhoso na cabeça da criança serve para validar seus alunos, permitirá que o aluno se sinta “alguém”, aumentando ou despertando na criança o prazer pelos estudos.

Normalmente o professor que perdeu o contato com sua infantilidade interior está tão preocupado em mostrar o quanto ele próprio é o “máximo” (e tem esse tipo de preocupação justamente por não ter sido ele mesmo validado por outros), que se esquece de dizer a seus alunos que o “máximo” são eles.

Validando o aluno o professor o ajudará a acreditar em si mesmo. E isso, também contribui para que a criança descubra o gosto pelo estudo. “Um elogio certo, um sorriso, os parabéns na hora certa (sem ironia) uma salva de palmas, um dedão para cima, um ‘valeu cara, valeu’”. (KENITZ, 2001).

A infantilidade do professor é reprimida e então projetada sobre o aluno. Quando isso ocorre, o processo de aprendizagem é bloqueado. As crianças continuam sendo criança e nelas já não mais se constela o adulto instruído. O professor fica cada vez mais sabido, e as crianças, cada vez mais ignorantes. Esse tipo de professor, que cindiu e afastou o pólo infantil do arquétipo, passará então a queixar-se de que os alunos de antes tinham mais vontade de aprender. Seu contato com as crianças dá-se apenas por meio do poder e da disciplina. Ao mesmo tempo ele se torna uma pessoa triste e amarga. O entusiasmo novo e infantil morreu nele. (SAIANI, 2002, p. 115)

3.4 Conflitos pessoais

Sabemos que a convivência entre professor/aluno envolve uma relação de poder. Porém alguns professores fazem uso desse poder de forma arbitrária, esquecendo-se que tanto ele (professor) como o aluno quando entram em sala de aula não deixam do lado de fora sua dimensão inconsciente. Dessa forma ficam sujeitos a ter reações das quais não conseguem

exercer um controle consciente. Tanto o aluno quanto o professor levam para a sala de aula reflexos de experiências vividas em seus lares, ou em outros lugares; que podem inconscientemente interferir em seu mútuo relacionamento. Há que se levar em consideração os sintomas dessas experiências vividas e já esquecidas ou não pelo consciente. Podem ser traços de acontecimentos ocorridos durante o curso de sua vida e perdidos pela memória consciente, que por serem recordações doloridas e penosas demais, são reprimidas ou esquecidas e permanecem no inconsciente. São experiências capazes de inconscientemente levar o professor a assumir atitudes agressivas contra seus alunos.

Isso pode ocorrer justamente pelo fato desse professor trazer em seu inconsciente informações de recordações penosas da história de sua própria vida e que acaba por dificultar o seu relacionamento com seus alunos ou com um determinado tipo de aluno. Alguns professores assumem turmas conturbadas sem antes terem resolvido seus próprios problemas e conflitos pessoais trazidos muitas vezes da infância. Professores que em sua infância sofreram abandono por parte de seus pais, e que por conta disso não conseguiram amadurecer emocionalmente, agindo de forma agressiva e ríspida diante de determinadas situações de tensão. Ao se depararem com alunos insubordinados, sua reação poderá ser de violência, liberando palavras degradantes sobre os alunos, que aos olhos da escola são alunos “problema”. Se a marca do abandono paterno ou materno ainda estiver em seu inconsciente e ainda for uma marca dolorosa, poderá esse professor em um determinado momento de tenso confronto liberar parte do que está em seu inconsciente.

Existe também a possibilidade de o professor ter sofrido grandes traumas em sua infância ou adolescência. Ou simplesmente esse professor ter tido pais autoritários ou violentos, uma vez que a violência e o autoritarismo são características presentes na nossa cultura desde o período colonial, como vimos nos capítulos anteriores. Se ele (o professor), não conseguiu vencer essas marcas, poderá não ter equilíbrio em sua psique para tratar com seus alunos, e dessa forma quando estiver diante de momentos tensos em que necessitaria ser mediador para um clima agradável e propício para o aprendizado, simplesmente não encontra harmonia dentro de si mesmo para amenizar a situação, e por fim acaba por agredir verbalmente o aluno, o qual muitas vezes já vem de casa com graves problemas.

O pedagogo precisa, por isso, dar atenção especial a seu próprio estado psíquico, a fim de estar apto a perceber o seu erro, quando houver qualquer fracasso com as crianças que lhe são confiadas. Ele mesmo pode ser a causa inconsciente do mal. (JUNG, apud SAIANI, 2002, p.18).

Esse professor precisa estar atento aos sinais (como a falta de controle de suas emoções em determinadas situações) que o seu próprio inconsciente envia. Sinais que mostram a existência de um conteúdo submerso. Estes sinais enviados pelo inconsciente, se devidamente

conscientizados, podem contribuir para que a sua personalidade total amadureça. No entanto, com esse aumento de compreensão, a violência pode ser mais percebida e conseqüentemente transformada. A esse processo Jung chamou de individuação (SAIANI, 2002).

3.5 O desligamento do aluno da família.

Saiani em seu livro *Jung e a Educação* (2002), fala do papel importante que a escola tem na vida do aluno no sentido de fazer o desligamento deste com relação a família. A criança de cinco anos ainda tem o “eu” em estado embrionário e ainda encontra-se incapaz de afirmar sua personalidade. “Quando Jung fala de desligar o aluno da família, está se referindo a algo comparável a um segundo nascimento, a um rompimento do cordão umbilical simbólico”. (SAIANI, 2002, p.18). É importante desligar o aluno de sua família; pois a ligação muito forte aos pais poderá ser um impedimento para um bom relacionamento desse ser com o mundo no futuro, dificultando o desenvolvimento do ego.

A criança trava uma verdadeira luta pela sua independência, pois sua psique em evolução combate as forças que a atraem de volta para a “proteção” da mãe; um desejo de prolongar a união-fusão matriarcal. Por ser a escola o primeiro ambiente fora da família em que a criança é inserida, o papel do professor torna-se de extrema importância e profundamente delicado. O professor é um agente facilitador da construção da personalidade do aluno.

Sabendo que existem recordações penosas perdidas pelo consciente e que estão no inconsciente, seria bom se o professor percebesse as mensagens subliminares que o inconsciente do aluno envia e que podem ser transmitidas por meio de um ato de violência, de um ato de rebeldia, quando o aluno demonstre preguiça ou indiferença aos estudos, ou uma profunda apatia aos assuntos escolares. Ou até podemos entender essa forma de transmissão, como sendo um grito de socorro para os seus dilemas inconscientes, para os seus traumas e complexos. O professor que não compreende esse “grito de socorro”, nem o que estes sinais representam, pode tratar com este aluno de forma não muito adequada, por não compreender a razão da insubordinação ou da apatia do aluno durante as aulas. Por isso pode usar sua língua como verdadeiro “chicote” domador. Esse professor pode causar grandes sofrimentos e “desbotamento” da personalidade, da identidade e da psique do aluno.

Em se tratando de criança que já vem de um histórico familiar onde não encontra muito apoio, torna-se duplamente perigoso para ela conviver em um ambiente hostil também na escola, se torna dupla a responsabilidade do professor em educar esse aluno.

Uma criança ou um adolescente pode não ter um bom rendimento escolar por ter convivido ou por ainda conviver com pais violentos, e quando na escola se depara com professores também violentos, ou que utilizem estímulos verbais “negativos”, pode não conseguir desassociar a figura do pai da figura do professor.

Dificuldades no relacionamento dos pais entre si refletem na psique da criança; podendo produzir nela perturbações que podem ir até mesmo além da idade escolar.

Quando a criança ainda é bem pequena, pode ser mais influenciada pelas condições do ambiente social em que está inserida (família e outros segmentos da sociedade como a igreja, por exemplo). Quando a criança entra na escola por volta dos cinco/seis anos, ainda está profundamente ligada a psique dos pais. Sua consciência do eu está em estado embrionário. (SAIANI 2002, p. 18).

Assim podemos entender que a criança age de forma insubordinada não por vontade própria, mas é como se esta fosse o “resumo” do ambiente doméstico e do relacionamento psíquico dos pais. Essa talvez seja uma das razões das dificuldades dos filhos. Reagem prontamente a qualquer desenvolvimento importante que ocorra na psique dos pais. Os complexos dos pais são contagiantes, produzindo efeitos perceptíveis nos filhos. Mesmo que os pais se esforcem para dominarem esses complexos, de uma forma ou de outra os filhos serão afetados.

Complexos são “grupos de idéias carregadas emocionalmente”. Na verdade, eles são a maior prova da existência do inconsciente. São eles os responsáveis pelos lapsos de memória, pelas insônias, por tudo aquilo que faz com que não sintamos senhores em nossa própria casa. (SAIANI, 2002, p. 50).

Se o aluno encontrar um ambiente hostil na escola, poderá de forma inconsciente ter a escola e o professor como seus inimigos e então fazer uma regressão ao “útero materno” (ao seu lugar seguro – a família). Dessa forma poderá perder a oportunidade de no futuro ter uma saudável relação com o mundo, tornando-se um adulto que não consegue tomar decisões. Um adulto sem condições de conhecer o que deseja realmente, cumprindo sempre os desejos da família (até mesmo em termos profissionais, acaba decidindo-se pela profissão que o pai ou a mãe desejou que escolhesse), pois continuará em sua dependência. Um adulto incapaz de criar ou decidir por si só, procurando imitar os outros por não ter desenvolvido sua própria identidade.

É muito comum vermos adultos que ainda são dependentes dos pais, e por serem dependentes emocionalmente, por vezes não conseguem fluir em suas profissões (quando conseguem ter uma) e conseqüentemente ficam aprisionados em uma dependência financeira. Mesmo o aluno que tem um bom relacionamento familiar e que convive em uma família mais

saudável e equilibrada, precisa passar pelo processo do desligamento familiar, e aí também precisa desassociar a figura dos pais da figura do professor.

E como será se esse professor for violento em palavras? A tendência é o aluno não querer se desligar do grande reduto materno (se o aluno tiver uma família sólida). Se a escola não cumprir o seu papel no desligamento do aluno da família de forma sadia, este aluno corre o risco de se tornar um adulto frágil e dependente da família. No caso de alunos que não estão inseridos em alguma família, é necessário fazer o desligamento do mesmo com o ambiente “seguro” onde está inserido (pode ser um orfanato, um abrigo ou até mesmo o ambiente das ruas).

3.6 Sombra e Persona

Todo indivíduo desenvolve o que Jung chama de persona:

Uma atitude psicossocial que atua como intermediária entre o mundo interior e o mundo exterior, um tipo de máscara que desenvolvemos para exibir uma face relativamente consistente para o mundo exterior, através da qual aqueles com quem nos encontramos possam relacionar-se conosco de modo adequado. (JACOBI, apud SAIANI, 2002, p.65).

Quando o aluno demonstra atitudes como as que já foram referidas (agressividade, insubordinação, apatia, etc.), o professor precisa ser sensível ao ponto de observar as reações de seus alunos e identificar seu “pedido de socorro”. Talvez esse aluno não tenha uma família estruturada e equilibrada. Seus pais podem ser alcoólatras ou ele pode ter sido abandonado pela família. E por isso esse aluno “problemático” se vê forçado a vestir uma máscara (sua persona) de violência, de desordeiro ou até mesmo de “bonzinho” e “quietinho” para se proteger, por medo de não ser aceito no coletivo, como se fosse uma tentativa de se impor diante do grupo. Uma máscara que possa “atrair” para si e/ou afastar as pessoas de seu convívio.

Essa máscara é criada na intenção de esconder de si mesmo aspectos ocultos do inconsciente. Esconder aspectos bons ou “maus” que o ego reprimiu e jamais reconheceu. Os aspectos “maus” são os desejos reprimidos, impulsos não civilizados, ressentimentos etc. Os aspectos bons são os instintos, habilidades e qualidades que nunca se tornaram conscientes. Isso é o que Jung define como sombra (JUNG, 1978).

O professor sensível e observador poderá ajudar esse aluno em conflito a encontrar o caminho para iniciar o processo de sua individuação, que é “tornar-se si mesmo. Realizar-se do si mesmo”.

A individuação significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator

determinante de um melhor rendimento social. A singularidade de um indivíduo não deve ser compreendida como uma estranheza de sua substância ou de suas componentes, mas sim como combinação única, ou como uma diferenciação gradual de funções e faculdades que em si mesmas são universais. Cada rosto humano tem um nariz, dois olhos etc., mas tais fatores universais são variáveis e é esta variabilidade que possibilita as peculiaridades individuais. A individuação, portanto, só pode significar um processo de desenvolvimento psicológico que faculte a realização das qualidades individuais dadas; em outras palavras, é o processo mediante o qual um homem se torna o ser único que de fato é. Com isto, não se torna “egoísta”, no sentido usual da palavra, mas procura realizar a peculiaridade do seu ser e isto, como dissemos, é totalmente diferente do egoísmo e do individualismo. (JUNG, 1978, p.50)

Mas, a questão é: se o professor não for um observador sensível para identificar esses sinais enviados pelo inconsciente do aluno, e ao invés disso exercer violência verbal contra esse aluno? Diariamente liberando palavras violentas contra o educando, palavras que ofendem e agredem. Esses alunos poderão inconscientemente assimilar tais palavras e desenvolver um padrão de comportamento conforme tudo o que ouviu sobre si mesmo, e no futuro quando já for adulto poderá não ter conseguido desenvolver uma identidade saudável e cultivar pensamentos e sentimentos não elevados a respeito de si mesmo.

À medida que o professor utiliza-se de palavras que oprimem e humilham a criança, esta crescerá acreditando que realmente não conseguirá realizar ou conquistar; pois sua personalidade foi violentada sendo exposta ao vexame, ao ridículo. Esse aluno em sua vida adulta corre o risco de não fluir em diversas áreas, pois suas emoções, sua criatividade, sua psique foi bloqueada. O que poderá levá-lo a reproduzir com outras pessoas tudo o que viveu, viu e ouviu em sua infância, tornando-o no que Paulo Freire (1996) denomina de desumanizado. Pois, não foi ensinado a viver em sociedade como indivíduo autônomo. Não adquiriu humanidade. A humanidade é indispensável para superar-se e considerar os interesses dos outros e não apenas os seus.

Por vezes o aluno já vem de casa com sua auto-imagem depreciada; quando o professor usa de violência verbal com esse aluno, pode acentuar e agravar mais ainda a tendência dessa auto-imagem negativa, uma vez que o professor está imbuído de autoridade pedagógica.

Assim como a motivação, o incentivo, os elogios e as boas palavras levam o aluno a aprender e gostar de aprender, a violência verbal do professor contra o aluno se transforma em um estímulo “negativo”. Leva o aluno a caminhar na contramão da motivação. Transporta-o a um padrão de comportamento totalmente oposto a motivação, podendo eliminar qualquer vontade de aprender que o aluno possa ter. E ainda poderá limitá-lo em áreas importantes de sua vida como a profissional e a emocional, comprometendo sua capacitação cognitiva

Capítulo 4. CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu investigar a questão da violência verbal do professor praticada contra o aluno, pesquisando os possíveis condicionantes históricos, sociais e psíquicos dessa problemática.

No capítulo um fiz um levantamento da história da condição da infância desde o colonialismo, onde observei a precariedade do tratamento para com a criança, sendo esta tratada como um adulto inacabado e para tanto era submetida a castigos e disciplinas que por vezes levavam a humilhações e constrangimentos e até mesmo à morte. Com o mesmo rigor, as primeiras instituições escolares disciplinavam seus alunos, com a intenção de torná-los mais dóceis e “comportados”. Com o sancionamento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990, ficou proibido aplicar castigos físicos às crianças e adolescentes bem como fazer uso de castigos de cunho moral como humilhações e constrangimentos aos menores. Mediante o Estatuto da Criança e do Adolescente sabe-se que fica passível de processo jurídico qualquer pessoa que agredir fisicamente ou moralmente qualquer menor de dezoito anos. Porém, ao concluir esse capítulo a investigação pretendeu mostrar o quanto ainda permanece presente em sala de aula as palavras violentas que ofendem e agridem moralmente e psiquicamente os alunos. As palmatórias e as varas saem da sala de aula dando lugar à *violência verbal*.

Nos capítulos dois e três respectivamente são abordados possíveis motivos sociais e subjetivos que levariam docentes a utilizarem a violência verbal contra seus alunos. Levo em consideração o fato de apesar de ter sido proibido por lei castigar, disciplinar fisicamente os alunos, alguns professores e também diretores de escola castigam e violentam seus alunos de forma verbal, constrangendo-os e ferindo-os, podendo essas atitudes marcar moralmente e psiquicamente seus alunos talvez por toda vida. O aluno que constantemente é vítima da violência verbal poderá assimilar tais palavras e desenvolver um padrão de comportamento conforme tudo o que ouviu sobre si mesmo, e no futuro encontrará dificuldades para desenvolver uma identidade saudável, podendo cultivar pensamentos e sentimentos não elevados a respeito de si mesmo. Sentindo-se sempre frágil demais para conquistar seus sonhos e realizar seus projetos para a vida. Seus pensamentos e sentimentos poderão ser de incapacitação pessoal, trazendo culpa e condenação sobre si mesmo por possíveis fracassos: familiares, profissionais, enfim; fracassos em várias áreas de sua vida.

Ainda levei em consideração a questão da educação pelo exemplo com a qual todos nós convivemos, hora como transmissores, hora como receptadores. Por ser espontânea e inconsciente, o professor, mesmo sem fazer uso de palavras, está ensinando. Ensina com seus próprios atos, gestos e em toda a sua maneira de viver. Aquilo que a criança o vir fazendo e/ou falando, será o que a criança receberá como influência. Dessa forma, o aluno, futuramente poderá chegar ao que Freire chama de “aderência” ao opressor. O oprimido, em vez de buscar a libertação, tende a ser opressor também. A estrutura do seu pensamento se encontra condicionada à situação vivida no passado na qual foi formado.

Quase sempre, num primeiro momento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está clara, é ser opressores. Estes são os seus testemunhos de humanidade. Os oprimidos assumem uma postura que chamamos de “aderência” ao opressor. (FREIRE, 1983, p.35)

Em tempos tão trabalhosos como os que vivemos, é de extrema importância que o professor ao assumir uma sala de aula seja investigado e analisado em suas condições psicológicas. É necessário saber como reagiria esse professor em condições de extrema tensão no trabalho. Além da necessidade de oferecer boas condições de trabalho ao professor, incluindo salários compatíveis que possam dar ao professor uma qualidade de vida adequada para que possa desenvolver sua função livre de preocupações relacionadas ao seu sustento e de sua família. Um professor preocupado ou insatisfeito com seus rendimentos salariais poderá deixar refletir sobre seus alunos toda sua preocupação e angústia vivida pela necessidade de uma melhoria salarial, bem como o professor que não foi devidamente tratado emocionalmente poderá inconscientemente refletir seus traumas passados, sobre o aluno. E de forma também inconsciente, praticar violência verbal sobre seus alunos. Pois é perfeitamente possível reproduzir aquilo que se repudia.

O educador brasileiro Paulo Freire, defende o direito e a necessidade de aluno e professor desfrutarem de uma relação amorosa. O que segundo Freire, não significa que por ser amorosa seja desprovida do rigor da competência técnico-científica. Paulo Freire fala de uma pedagogia fundada na ética, no respeito, na dignidade e na autonomia do aluno. Uma prática pedagógica que pode tornar o ambiente favorável à produção do conhecimento. Freire adverte quanto a necessidade de o professor assumir uma postura vigilante contra toda prática de desumanização. Entendemos com isso que a autoridade mandonista desenvolvida pelo professor, (autoridade criada pelo mito formado ao redor da pessoa do professor), acaba por

desumanizá-lo. E dessa forma o professor atua de forma arbitrária contra o aluno, (FREIRE, 1996).

A medida que o professor apregoa ao aluno a violência verbal utilizando-se de palavras que o oprime e o humilha, no processo de crescimento e amadurecimento dessa criança ou adolescente, será caracterizado por atitudes que mostram o quanto esse indivíduo acredita que realmente não consegue realizar ou conquistar. Sua personalidade foi violentada sendo exposta ao vexame, ao ridículo. O aluno se torna inseguro para responder uma pergunta mesmo que saiba a resposta. Essa criança poderá em sua vida adulta não se desenvolver em diversas áreas, pois suas emoções, sua criatividade, sua psique foi bloqueada. O que poderá levá-lo a reproduzir com outras pessoas tudo o que viveu, viu e ouviu em sua infância, tornando-o naquilo que Durkheim e Paulo Freire denominam de desumanizado. Pois, não o ensinaram a viver em sociedade como indivíduo autônomo. Não adquiriu humanidade. A humanidade disse Durkheim, é indispensável para superar-se, e considerar os interesses dos outros e não o seu próprio (QUINTANEIRO e OLIVEIRA 2003).

A violência verbal consiste em palavras que podem ofender magoar e ferir os indivíduos. Palavras que segundo o entendimento do professor podem não ter peso de violência, mas, para o aluno que as recebe, podem causar grandes marcas, marcas que poderão acompanhar o indivíduo por muito tempo ou quem sabe, até pelo resto de sua vida, levando-o constantemente à sentimentos de culpa por erros que aconteçam em sua própria vida ou na vida de outras pessoas que sejam seus dependentes (como filhos e cônjuges).

A concepção da vida culpada, que atravessou épocas, não ocorreu por acaso. Esse processo se deu (e se dá) numa trama de relações sociais com a qual nos constituímos historicamente. O viés da culpa não é gratuito. A culpa gera uma limitação da vida e produz uma rigidez na conduta, o que, em última instância, produz um autocontrole sobre os sentimentos, os desejos e os modos de agir de cada um. Emerge, desta forma, um controle social internalizado, e cada um fica como se estivesse engessado, impossibilitado de expandir seus sentimentos e necessidades vitais. Interessa à sociedade em que vivemos esse engessamento dos indivíduos. A culpa impede a vida livre, a ousadia e o prazer, fatores, que multiplicados ao nível social, significam a impossibilidade de controle do processo de vida em sociedade, segundo parâmetros conservadores. A sociedade conservadora não suporta existir sem os mecanismos de controle internalizados pelos indivíduos – a culpa é, assim, muito útil. (LUCKESI, 1999, p.53)

Meu desejo é que esse trabalho seja um auxiliador no fazer pedagógico de professores, direção escolar e pais de alunos, no momento de elaborar um Projeto Político Pedagógico. Um projeto que seja mais eficaz e humanizado, um PPP voltado para a preparação do aluno como indivíduo, ciente de sua cidadania, de sua função social como ser humano. Ciente de sua liberdade, capaz de usufruir da riqueza de sua criatividade de suas habilidades, livre para ser feliz sem traumas, sair da condição de oprimido. Sentindo-se capaz de vencer os obstáculos, livre de qualquer culpa ou peso, livre em sua mente, em suas emoções e vontade. Creio que quando o indivíduo alcançar esse nível de libertação estará apto para transformar

qualquer situação adversa que vier à sua vida. Por isso, creio que esse trabalho poderá auxiliar na elaboração de projetos transformadores, projetos que restitua a visão e a maneira de pensar do professor. Ajudando-os a enxergar seus alunos como seus semelhantes. E que os professores utilizem suas palavras como instrumentos possibilitadores de libertação. Palavras que sejam instrumentos de construção, edificação e restituição de vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA. A.T. *Provérbios*. Português. Bíblia de Estudo Pentecostal revista e corrigida 7ª ed. São Paulo: Ed. CPAD, 1995. Cap.15, 16 e 18.
- BRASIL. *Consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Decreto-lei nº 8.069, de 13 de Agosto de 1990.
- Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. 50 p.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*, 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COSTA, Jurandir Ferreira: *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CRAIG, Adolf Guggenbuhl: *O Abuso do Poder na Psicoterapia, na medicina, Serviço Social, Sacerdócio e Magistério*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1978.
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder: *Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964)* Centro Universitário de Porto Nacional UNITINS – TO. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=en>> acesso em: 20 out.2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da Economia patriarcal*. 29ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1994
- JERSILD, Arthur. *Psicologia da Criança*. Belo Horizonte, 1981.
- JUNG, Carl Gustav. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- JUNG, Carl Gustav. *O desenvolvimento da Personalidade*, 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KENITZ, Stephen: *Veja* 20 de jun. 2001, p. 22.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação Escolar*. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Lenta Construção dos Direitos da Criança - século XX*. Disponível em: <[HTTP//www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%20artigos/crianca.pdf](http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%20artigos/crianca.pdf) – acesso em 21 de fev.2009>
- NISKIER, Arnaldo. *Educação Brasileira 500 anos de História, 1500-200*. São Paulo: Melhoramentos 1996.
- PATTO, Maria Helena de Souza (organizadora). *Introdução à Psicologia Escolar*, 3ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PINTO, Manuel; SARMEMTO, Manuel Jacinto. *As crianças. Contextos e identidades*. Universidade do Minho: Centro de Estudos da Criança, 1997.

PRIORI, Mary Del (organizadora). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de: *Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

SAIANI, Claudio: *Jung e a Educação: Uma análise da relação professor/aluno*. 2ª ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

XAVIER, Maria Elisabete Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria *Coleção Aprender e Ensinar*. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXO - Trecho do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Título

Das Disposições Preliminares

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento

Título I

Capítulo II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Capítulo IV

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

II - direito de ser respeitado por seus educadores.